

Economia-Brasil

Indústria da sinistrose

EDMUNDO KLOTZ

Nada tem des-servido mais o País na história recente do que as recorrentes marés de pessimismo, a produção sazonal da chamada indústria da sinistrose, o superdimensionamento dos obstáculos. Ainda nas últimas semanas, constata-se sobre o cenário econômico a formação de nuvens de catastrofismo, disseminadoras do desespero e do desânimo, cuja conseqüência principal e mais imediata é sempre o acobertamento da conjuntura real do País.



Uma análise fria e isenta da conjuntura socioeconômica e política indica, no entanto, a confluência de vários fatores positivos que seria desastroso ignorar. Confirmamos alguns deles.

O Banco Central acaba de acusar o aumento do fluxo de investimento estrangeiro no País (de US\$ 200 milhões nos primeiros sete meses de 90 para US\$ 700 milhões em igual período deste ano). Pode-se argumentar que ainda se trata de um montante modesto, mas é forçoso reconhecer que, a se confirmar esse ritmo, teremos no final do ano o nível mais alto desde 1983, o que é bastante significativo. Ainda em julho, ademais, o balanço de pagamentos apresentou saldo favorável, contrariando as previsões de alargamento do rombo orçamentário feitas até mesmo por renomados economistas.

Observa-se, de outro lado, uma certa tranquilidade na área trabalhista e constata-se o refluxo da vigência, nas negociações salariais, da chamada lei de Gerson. Um sinal do amadurecimento e de brasilidade de trabalhadores e empresários.

O País conta, além disso, com um governo democraticamente eleito, que tem apresentado diretrizes e propostas para a modernização do País e do modo de produção nacional. Um governo, é certo, que precisa urgentemente retomar o seu discurso de campanha, este sim condizente com a inserção do Brasil no Primeiro Mundo e com a formulação de uma estratégia capaz de nos tirar do isolamento no cenário internacional. Estamos, todos os agentes econômicos, e isto é bem verdade, ainda a esperar que o governo ponha em prática o plano de investir firmemente nos setores básicos, começando pela área da educação e da saúde e incluindo habitação, transporte, alimentação. Todos os pontos vulneráveis, enfim, cuja reforma se apresenta como o único caminho para a retomada do desenvolvimento em outras bases, a renovação genuína da vida produtiva e a construção de uma

sociedade mais próspera e justa, condizente com quaisquer aspirações primeiro-mundistas.

Cabe ainda ao governo, não há dúvida, desvencilhar-se urgentemente do medo pânico que tem revelado da produção; da associação traumática que insiste em fazer entre retomada da produção e aceleração do processo inflacionário. Sem o aumento da produção não criaremos os recursos de que necessitamos para a reestruturação do País; não teremos renda para distribuir. Em retrocesso ou estagnação econômica diminuiremos a renda a ser dividida, caminho oposto ao que deveríamos seguir.

Mas para que saíamos do impasse não é legítimo esperar apenas ações do governo. Cada camada do tecido social, cada agente econômico, cada parcela da sociedade civil, terá, sem dúvida, de assumir a sua cota de responsabilidade. Sem a conscientização ética da Nação não transformaremos o Brasil. Neste momento, cabe aos empresários empenhar-se na produção e engajar-se no esforço para debelar a escalada inflacionária. Dos trabalhadores deve-se esperar a administração tranqüila da negociação das margens de perda salarial, que deve ser balizada pelo contexto amplo em que se circunscreve.

Aguardemos do setor político, e particularmente do Congresso Nacional, a multiplicação de demonstrações de respeito à ética e à renovação moral da instituição, como aquela a que podemos assistir, há dias, por ocasião da suspensão da imunidade parlamentar de um deputado por Rondônia. Sem dúvida, é estimulante poder registrar demonstrações de que o Congresso pode despir-se momentaneamente de seu corporativismo em prol da oxigenação moral brasileira.

São esses, portanto, alguns dos sinais positivos que conseguimos pinçar, a partir de uma análise isenta, na cena brasileira. Para os que insistem na construção de perspectivas catastróficas e no prenúncio de uma nova intervenção brusca nas regras econômicas, e até para o governo, só há um caminho a sugerir: a busca pertinaz do entendimento, a prática ampla e irrestrita do diálogo, o aprofundamento da negociação. Estamos, todos, isto sim, imunes a novos tratamentos de choque, desencantados com a promessa falsamente milagrosa dos pacotes. Mas todos, na cena socioeconômica, devemos reconhecer que ainda não perseguimos, com a seriedade e a tenacidade que o País está a exigir, a meta do entendimento e do consenso.

□ Edmundo Klotz, empresário, é presidente da Associação Brasileira das Indústrias da Alimentação (Abia).